

Entenda como o aborto é tratado ao redor do mundo

Na contrapartida das medidas que proíbem o procedimento, países onde o aborto é criminalizado registram os mais altos índices dessa prática por ano

(Exame, 29/07/2017 - acesse no site de origem)

Na penúltima quarta-feira (20), o senado chileno sancionou a lei que permite o aborto em casos de estupro, má formação do feto e risco de vida para a mãe. Até então, a prática era totalmente restrita no país.

O projeto, que é um dos principais do governo da presidente Michelle Bachelet (2014 - atualmente), segue agora para ratificação na Câmara dos Deputados. A Casa possui maioria governista, [o que pode se traduzir em sua aprovação](#), e deve, em breve, ser levado para a sanção presidencial.

Leia mais:

[Pela vida das mulheres, por Luciana Boiteux \(O Globo, 28/07/2017\)](#)

[Os próximos passos do aborto no Brasil, por Thiago Gomes Anastácio \(Jota, 28/07/2017\)](#)

Falar sobre aborto costuma gerar polêmica, mas os números que circundam essa prática tornam o debate inevitável. Segundo a OMS, 22 milhões de abortos ocorrem por ano em locais insalubres e sem a estrutura adequada. Estima-se, ainda, que 47 mil mulheres morram todos os anos por complicações decorrentes do procedimento.

Grupos defensores de direitos das mulheres defendem que, se a prática fosse descriminalizada, tanto a mulher gestante que decide interromper a gravidez como o terceiro que realiza o procedimento, deixariam de ser penalizados por isso. Algo que traria maior segurança jurídica para os envolvidos.

Já a legalização seria um passo a diante: estabelecer regras para regulamentar a prática, oferecendo estrutura para que o aborto ocorresse de forma segura, sem risco de vida para a gestante.

Para a antropóloga Debora Diniz, da Universidade de Brasília, a discussão em torno do tema deve frisar que a sua legalização não é sinônimo de banalização. “As mulheres devem saber que recorrer à prática é só em último caso e que elas devem continuar a utilizar preservativos”, nota.

Descriminalização ao redor do mundo

Segundo a OMS, [88% dos 56,3 milhões de casos de aborto no mundo ocorrem em países emergentes](#). O dado impressiona quando outro fato é analisado: estes países, em sua maioria, criminalizam o aborto. Logo, percebe-se como as tentativas para frear a prática têm se mostrado ineficazes.

Segundo pesquisa do [Pew Reserach Center](#), 3 em 10 países ao redor do planeta permitem o

aborto caso a mulher simplesmente o queira, enquanto 40% dos países permitem o procedimento apenas sob as condições de preservar a saúde física e mental da mãe (no casos de incesto ou estupro), má formação do feto ou por falta de condições socioeconômicas para se criar um filho.

Segundo dados compilados pelo [World Abortion Laws](#), fica evidente as diferenças de posicionamento sobre o tema ao redor do mundo. No hemisfério norte, por exemplo, a maioria dos países já legalizou o aborto. No hemisfério sul, tipicamente formado por países em desenvolvimento, o quadro é outro. Veja abaixo como são as leis sobre o procedimento em todo o mundo:

O mapa divide os países em cinco categorias: nos quais o procedimento é criminalizado, descriminalizado, permitido para preservar a saúde da gestante, permitido com base em fundamento socioeconômico, isto é, quando a mãe não tem condições econômicas para criar a criança e sem informações, que agrupa os locais nos quais os dados não estão disponíveis.

Nele, é possível observar como grande parte dos países desenvolvidos têm a prática legalizada. Contudo, toda regra possui a sua exceção: segundo o [jornal britânico The Guardian](#), que avaliou legislações sobre o tema, é mais fácil abortar em países como Portugal e Espanha, do que na Irlanda do Norte, por exemplo, embora todos sejam majoritariamente católicos.

Segundo a ONG Anistia Internacional, é a Irlanda do Norte [o país que possui a legislação mais dura para o aborto na Europa](#). A mulher só pode abortar se correr risco de vida. Mesmo se a gravidez for fruto de estupro ou incesto, o procedimento ainda assim é visto como crime e a pena é a prisão perpétua, tanto para a mulher quanto para quem realizou a operação.

Na contramão, há países emergentes que já legalizaram a prática, como Cuba e Uruguai, na América Latina, e exemplos como o Camboja, onde o aborto é legalizado desde 1997, e no Nepal, desde 2002 (apesar de não ser feito gratuitamente).

Há, ainda, países com legislações tão duras que a mulher pode ser penalizada até mesmo se sofrer um aborto espontâneo. Um caso notório foi o de Glenda Xiomara Cruz, em El Salvador. Em 2016, a jovem de 19 anos foi buscar ajuda médica por estar sofrendo intensas dores abdominais, sem saber que estava grávida. Denunciada pelo próprio hospital por esse aborto espontâneo, foi sentenciada a 10 anos de prisão.

Outro caso em solo salvadorenho é o de [Mirna Ramírez](#), que saiu da prisão em 2015 após 12 anos. Ela deu a luz a um bebê prematuro, quando tinha 34 anos, no banheiro de sua casa. Foi denunciada por uma vizinha a quem havia pedido ajuda, que declarou às autoridades que Mirna havia tentando matar a criança que nasceu após 7 meses de gestação.

Tanto Glenda Xiomara quanto Mirna ouviram a mesma sentença do juiz: elas deveriam ter “salvo o bebê”.

Nicarágua, Honduras e República Dominicana são outros exemplos de países onde a prática é totalmente restrita - não há exceções, nem mesmo se a mulher tiver sido estuprada.

Dados do [Instituto Guttmacher](#), sediado nos EUA, no entanto, mostram como esse tipo de política rígida não traz qualquer modificação no número de procedimentos realizados. Desde

1990, a quantidade de abortos na América Latina só cresceu: 44 em cada mil mulheres entre 15 e 44 anos já abortaram.

Alexa Meirelles